



PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

Projeto de Lei nº 022, de 11 de dezembro de 2019.

**“CRIA O PROGRAMA DE VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO – PROVE, ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS DE TRATAMENTO SIMPLIFICADO E DIFERENCIADO E DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DISPENSADO À UNIDADE FAMILIAR DE PROCESSAMENTO AGROINDUSTRIAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA – UFPA.”**

**VALDENICE DOMINGOS FERREIRA**, Prefeita do Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais,

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI:**

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º**- Fica criado o **Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Município de Campo Novo de Rondônia**, denominado **PROVE**, destinado à valorização do pequeno produtor rural.

**Art. 2º** - O Programa **PROVE** baseia-se na parceria entre instituições governamentais, organizações não-governamentais, pequenos produtores rurais, suas cooperativas ou associações de que façam parte.

**Art. 3º** - O Programa tem como objetivo principal, dentre outros, inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo, concedendo-lhe incentivos à produção e ao processamento dos produtos de origem animal e vegetal, de modo a agregar maior valor a estes, aumentando a renda familiar, fixando a família na zona rural e gerando empregos no campo.



PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

CAPÍTULO II

DO PEQUENO PRODUTOR RURAL

**Art. 4º** - Para efeito desta Lei considera-se pequeno produtor rural, a pessoa física que atenda simultaneamente aos seguintes requisitos:

I – explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, meeiros, referentes à agricultura familiar;

II – não detenha, a qualquer título, área superior a 250 ha;

III – tenha renda familiar bruta de 80% proveniente da produção agropecuária, pesqueira, agro-ecológica, orgânica, extrativista, artesanato, turismo rural, ou de trabalho externo à unidade de produção, ou outras afins;

IV – resida na prioridade rural ou em perímetro urbano próximo a sede da Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial – UFPA.

V – Tenha como atividade econômica o processamento da produção agropecuária, pesqueira, agroecológica, orgânica, extrativista, artesanato, e turismo rural.

CAPÍTULO III

DA UNIDADE FAMILIAR DE PROCESSAMENTO AGROINDUSTRIAL – UFPA

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DE UFPA

**Art. 5º.** Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial – UFPA é a estrutura física, composta de construção civil dotada de equipamentos adequados e/ou adaptados, devendo ser licenciados pela autoridade sanitária competente. Todo alimento somente poderá ser comercializado após a comunicação da sua produção e o estabelecimento estar devidamente registrado no órgão competente, onde a família ou um grupo de famílias, transforma, processa ou agrega de formas diversas, valor à matéria prima produzida em sua área familiar ou adquirida de terceiros.

SEÇÃO II

DO ENQUADRAMENTO E DO DESENQUADRAMENTO

**Art. 6º.** O enquadramento do pequeno produtor rural como beneficiário das normas especiais tributárias definidas para a UFPA será efetivado por ato regulamentar



## PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

conjunto expedido pela Secretaria de Agricultura Meio Ambiente e Turismo – SEAMAT e Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, obedecendo aos seguintes critérios:

I – seja a UFPA instalada na zona rural, ou urbana com características socioeconômica rurais;

II – tenha como atividade econômica o processamento da produção agropecuária, pesqueira, Agroecológica, Orgânica, Extrativista, Artesanato, e Turismo Rural, ou outras afins.

III - produza a matéria prima básica a ser processada, no todo ou em parte na propriedade-sede da UFPA, ou em Município que tenha termo de cooperação assinado entre si.

IV - assuma compromisso de obedecer às normas higiênico-sanitárias e ambientais, segundo as leis vigentes no município.

V - possua apenas um estabelecimento e cujo faturamento anual não exceda o limite estabelecido como resultado de acordo com o Programa de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia, conforme Lei Complementar Nº. 406, de 28 de Dezembro de 2007, publicado no DOE Nº. 907, de 28 de Dezembro de 2007;

VI - aceite as condições de enquadramento de agricultor familiar definidas para o PRONAF, do Governo Federal, ou do Governo do Estado e outras instituições públicas e privadas.

§ 1º As associações ou as cooperativas de pequenos produtores rurais poderão ser enquadradas na categoria de UFPA, desde que cumpram as exigências previstas neste Decreto.

§ 2º Em ato regulamentar conjunto com outras parceiras Secretaria de Agricultura Meio Ambiente e Turismo – SEAMAT e da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD observando as exigências do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Rondônia CONDER. Poderão no interesse da administração tributária, restringir ou ampliar as condições previstas para enquadramento na categoria de UFPA.

§ 3º Cabe à Secretaria de Agricultura Meio Ambiente e Turismo – SEAMAT através do Serviço de Inspeção Municipal - **SIM**, e da Gerência de Desenvolvimento Ambiental, e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - **CMDRS**, baseado na exigência do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Rondônia - **CONDER**, em regulamentação conjunta, disciplinar as hipóteses de desenquadramento da categoria de **UFPA**, para efeito tributário, observado o porte do estabelecimento, medido pelo faturamento mensal ou anual, conforme decidir a câmara setorial deste segmento.



## PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

§ 4º A Secretaria de Agricultura Meio Ambiente e Turismo – SEAMAT, considerará como suficiente e legítima, para efeito de enquadramento como pequeno produtor rural, declaração da Empresa de Assessoria Técnica e Extensão Rural, Sindicato Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - **STTR**, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **INCRA** ou Prefeituras Municipais, reconhecendo a posse da terra ou que nela o produtor exerça suas atividades de produtor rural no regime de agricultura familiar, segundo as normas vigentes do **PRONAF**.

### CAPÍTULO IV

#### DO PROCESSAMENTO

**Art. 7º** No processamento dos produtos alimentícios, na UFPA, serão obedecidos os seguintes critérios:

I - cumprimento de cronograma mínimo de produção;

a) padrão tecnológico de segurança nutricional e higiênico-sanitário no processamento de alimentos, conforme normas vigentes.

**Parágrafo único:** Os produtos a serem comercializados pela UFPA deverão estar de acordo com a legislação de proteção e defesa do consumidor.

### CAPÍTULO V

#### DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO

**Art. 8º** Será assegurado à UFPA, tratamento diferenciado e simplificado nas áreas:

I - fiscal e tributária;

II - creditícia;

III - de licenciamento ambiental da atividade;

IV – das taxas para regularização junto à vigilância sanitária;

V – das tarifas para análise de água e efluentes;

VI - de organização social e econômica;

VII - de produção e comercialização dos produtos agroindustriais;

VIII - outras devidamente aprovadas.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal, disciplinará, em todos os níveis de incentivos, e normas específicas, o tratamento diferenciado e simplificado a ser



## PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

dispensado à UFPA, visando reduzir ao máximo os encargos financeiros incidentes sobre esta atividade.

### CAPÍTULO VI DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

#### SEÇÃO I DAS ESPÉCIES

**Art. 9º.** São entidades participantes do PROVE - RO:

I - na condição de entidades coordenadora e executora do Programa, a Secretaria de Agricultura Meio Ambiente e Turismo – SEAMAT e suas vinculadas;

II - na condição de entidades colaboradoras:

a) Associações, Cooperativas e/ou Órgãos de Assessoria Técnica e Extensão rural;

b) Secretaria Municipal de Administração;

c) Secretaria Municipal de Saúde;

d) Secretaria Municipal de Obras;

e) Secretaria Municipal de Assistência Social;

f) Secretaria Municipal de Educação;

g) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

h) Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia –

IDARON.

#### SEÇÃO II DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 10.** À Secretaria de Agricultura Meio Ambiente e Turismo – SEAMAT, na qualidade de Coordenadora do Programa, compete:

I - coordenar e administrar o Programa, por meio da sua Coordenação-Geral;

II - celebrar convênios e contratos com outras instituições governamentais e/ou não-governamentais, no âmbito do Programa e na forma da legislação em vigor.

**Art. 11.** Os demais departamentos vinculados à SEAMAT, competem:

I - ao Serviço de Inspeção Municipal – S I M



PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

- a) orientar a elaboração e adequação dos projetos da UFPA;
- b) vistoriar e aprovar a área para instalação das unidades da agroindústria familiar;
- c) registrar os estabelecimentos processadores;
- d) realizar o serviço de inspeção da matéria-prima e processamento na UFPA;
- e) dar orientação técnica à UFPA, visando ao desenvolvimento, à padronização dos produtos processados, à adequação de processos e equipamentos e ao controle de qualidade, por intermédio de laboratórios especializados;

f) exigir os documentos necessários para regularização da UFPA;

II - Gerência de Desenvolvimento Ambiental:

a) Emitir certidão/laudo de viabilidade ambiental se o empreendimento está em acordo com as leis municipais vigentes;

**Art. 12.** As entidades colaboradoras desempenharão as seguintes atribuições:

I - Às Associações e Cooperativas de Assessoria Técnica e Extensão Rural, como entidades parceiras do Programa, competem:

- a) - divulgar o PROVE de forma a difundir o seu nome;
- b) - selecionar e cadastrar os pequenos produtores que serão beneficiados pelo Programa;
- c) - elaborar o projeto de instalação da UFPA, quando for solicitado pelo produtor;
- d) - fornecer assistência técnica para a capacitação dos produtores, visando à administração geral da agroindústria, da propriedade rural, da produção de matéria-prima e do processamento destas;
- e) - Emitir laudos de enquadramento como produtor da agricultura familiar.

II - À Secretaria Municipal de Administração compete:

a) Propor normas fiscais e tributárias que flexibilizem o cumprimento de obrigações acessórias e desonere de tributos a produção da UFPA, inclusive criando condições favoráveis na comercialização dos produtos processados com nota do produtor.

III - À Secretaria Municipal de Saúde compete:



## PODER EXECUTIVO

### Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

a) Coletar amostra no varejo pela Vigilância Sanitária, encaminhando aos laboratórios especializados, visando atestar a qualidade do produto;

b) Orientar analisar projeto, vistoria das condições higiênico-sanitária e estrutural das UFPA e liberação de alvarás.

c) realizar a análise da água, prestar assessoramento técnico, desenvolver atividades visando à educação sanitária e executar o saneamento rural;

d) conceder norma legal para isentar de custos os produtores do PROVE.

#### IV – À Secretaria Municipal de Obras:

a) Manter a conservação das estradas vicinais no âmbito da UFPA, de forma a facilitar acesso eficiente às unidades produtoras;

#### V – À Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) dar apoio social às famílias selecionadas pelo Programa;

b) desenvolver projetos de acompanhamento familiar e apresentar alternativas que visem ao bom desempenho do trabalho dentro das UFPA.

#### VI – À Secretaria Municipal de Educação, compete:

a) dar preferência aos produtos oriundos da agricultura familiar que estão envolvidos com o programa PROVE para o consumo da merenda escolar;

b) fornecer Assistência Técnica através de parcerias para a capacitação dos produtores;

VII – Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, compete:

a) sugerir ao Executivo Municipal e entidades públicas e privadas que atraem com ações que contribuam para o aumento de implantação de agroindústria no município.

VIII – À Agencia de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, compete:

a) o controle de qualidade dos produtos processados, em especial das condições higiênico-sanitárias dos animais, das instalações de ordenha e do controle sanitário da matéria-prima destinada à UFPA;

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 13.** Fica criada a Coordenação-Geral do PROVE, com atribuições de gerenciar e administrar o Programa, sob a coordenação da Secretaria de Agricultura Meio



PODER EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia

Ambiente e Turismo – SEAMAT, e representantes do Serviço de Inspeção Municipal e Gerência de Meio Ambiente.

**Art. 14.** As instituições governamentais participantes do PROVE deverão consignar em seus orçamentos os recursos necessários ao fiel cumprimento de suas atribuições no âmbito do Programa.

**Art. 15.** Ficam asseguradas à UFPA condições especialmente favorecidas em:

I - operações de crédito com instituições da administração pública do Estado Rondônia;

II - programas de fomento ao desenvolvimento econômico promovidos pelo Poder Público Municipal.

**Art. 16.** Entende-se por renda bruta anual, o resultado do somatório das vendas realizadas, em valor bruto, das seguintes operações:

I - venda de produtos *in natura* de origem animal e vegetal;

II - venda de produtos processados de origem animal e vegetal;

III - venda de quaisquer animais;

IV - venda da força de trabalho familiar empregada na produção agropecuária;

V - venda da produção extrativista, pesqueiro, artesanato, orgânico, agro ecológico, turismo rural e outras afins.

**Art. 17.** O Secretário de Agricultura Meio Ambiente e Turismo, conjunta ou isoladamente, expedirá normas regulamentares, visando a disciplinar o fiel cumprimento das disposições contidas nesta Lei.

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 19.** Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Novo de Rondônia, 11 de dezembro de 2019.

  
VALDENICE DOMINGOS FERREIRA  
Prefeita Municipal